



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS CONTROLADORIA INTERNA MUNICIPAL

RELATORIO Nº 01/UCCI/2018

INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS.

ASSUNTO: RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS EXERCÍCIO 2017

RESPONSÁVEIS: LEONILDE ALFLEN GARDA- PREFEITA MUNICIPAL.

1. RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO

1.1-Na qualidade de responsáveis pelo órgão de Controle Interno do Município de Seringueiras-RO, vimos apresentar Relatório e Parecer sobre as contas do Poder Executivo, relativos ao exercício de 2017, em conformidade com o previsto no art. 74 da Constituição da República, artigo 59 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, Instrução Normativa nº 013/04 do Tribunal de Contas do Estado

1.2-Destaca-se, inicialmente, que o órgão de controle interno do Município foi instituído pela Lei Municipal nº 1.104/17 de 07 de julho de 2017, regulamentada pelo Decreto nº 115/2017.

1.3-Atualmente a Comissão controle interno e formada apenas por 02 (dois) servidores, sendo Controlador Interno e Agente Administrativo, os quais procuram desenvolver seus trabalhos de acordo com as demandas, por causa da limitação de servidores, na falta de um setor que analise os processos administrativos, o setor de controle interno limita-se, em análise dos processos de pagamentos, ficando assim comprometido a realização de auditorias internas, mas mesmo diante das dificuldades encontradas o controle interno Municipal, desenvolveu suas atividades da seguinte forma: Foram realizadas reuniões mensais com secretários e prefeitos e servidores, informando quanto aos as normas dos procedimentos administrativos, quanto a tramitação de processo, essas reuniões não foi lavrada ata,- 01- Relatório de Prestação de Contas do Exercício de 2016, Foram 03- Relatório Quadrimestral enviados ao Tribunal de Contas de forma tempestiva, foram expedidos 45 ofícios, foram realizados 156 parecer referente a Admissão de Pessoal de forma intempestivos, e 08 de forma tempestiva, 08 Parecer em processo de Aposentadoria, 09 recomendações, 08 pedidos de providencias e 01- Auditoria realizada nas concessões de Diárias e passagens, as demais atividades realizadas são de informações informais, como segue quadro abaixo:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS
CONTROLADORIA INTERNA MUNICIPAL

		ATIVIDADES DESENVOLVIDAS
NUMERO	DATA	RECOMENDAÇÕES:
01/2017	23/03/2017	Regularização de irregularidades ao serviço de transporte Escolar Municipal e Estadual apontada em auditoria do Tribunal de Contas de Rondônia-RO.
02/2017	12/06/2017	Orienta os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta e indireta a respeito da Fiscalização dos Contratos Administrativos
04/2017	10/08/2017	Saneamentos das não conformidades apresentadas em Auditoria do Tribunal de Contas de Rondônia-RO Processo Eletrônico nº 01021/2017/TCE-RO.
06/2017	21/08/2017	Horas Extras x Limite Prudencial de Despesa com Pessoal
07/2017	12/11/2017	CUMPRIMENTO DE METAS DO PLANO DE AÇÃO DE INCREMENTO DE RECEITA
08/2017	14/11/2017	CONCESSÃO DE HORAS EXTRAS, DE ACORDO COM O DECRETO MUNICIPAL 092/2017
09/2017	04/12/2017	INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR PARA O EXERCÍCIO ANTERIOR.

NUMERO	DATA	PEDIDOS DE PROVIDENCIAS
02/2017	23/03/2017	<i>Providencias sobre o dano ao veículo Viagem Placa NCQ 5373</i>
04/2017	19/07/2017	<i>Providencias sobre pagamentos de multas da frota Municipal.</i>
05/2017	20/07/2017	<i>Ausência de permanência do site da Prefeitura on-line.</i>
06/2017	05/09/2017	<i>Providencias quanto irregularidades no site e Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Seringueiras ao secretário de fazenda e planejamento</i>
07/2017	05/09/2017	<i>Providencias quanto irregularidades no site e Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Seringueiras ao prefeita municipal</i>
07/2017	05/09/2017	<i>Providencias quanto irregularidades no site e Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Seringueiras ao Responsável pelo Portal da Transparência.</i>
08/2017	19/10/2017	REITERANDO PEDIDO DE PROVIDENCIA, QUANTO AS IRREGULARIDADES NO SITE E PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DE SERINGUEIRAS.

NUMERO	DATA	AUDITORIA INTERNA
01/2018	10/01/2018	AUDITORIA DE REGULARIDADE QUANTO AO CUMPRIMENTO DA LEI MUNICIPAL Nº 1.093/2017-



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS

CONTROLADORIA INTERNA MUNICIPAL

		CONCESSÃO DE DIÁRIAS AOS SERVIDORES E AGENTES POLÍTICOS DE SERINGUEIRAS-RO
--	--	---

2. EXAME DA EXECUÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO:

2.1 Visando verificar a execução da folha de pagamento, a Unidade Central de Controle Interno auditou os procedimentos respectivos, por amostragem, de onde se extrai que:

- A)** A folha de pagamento é organizada e executada por centros de custo de acordo controle da secretaria;
- B)** Os servidores alocados em cada centro de custo estão devidamente lotados nas respectivas unidades administrativas, mas nem todos desenvolvem suas atribuições onde estão lotados.
- C)** Não há vantagens, cujo direito foi implementado por servidores, pendentes de concessão, como adicionais por tempo de serviço, promoções e progressões, adicionais de insalubridade e periculosidade etc.
- D)** As vantagens funcionais concedidas aos servidores, como adicionais por tempo de serviço, promoções e progressões, adicionais de insalubridade e periculosidade, gozo de férias e de licença prêmio etc., ocorreram regularmente e contaram com a emissão e publicação do ato respectivo, bem como com a devida anotação nos registros funcionais;
- E)** Os documentos essenciais para comprovar o direito às vantagens concedidas aos servidores estão devidamente arquivados;
- F)** Foram devidamente formalizados atos de aplicação de penalidades a servidores públicos, os quais alguns deles estão pendentes de finalização.
- G)** Foram devidamente instruídos todos os processos de prestação de contas relativos às diárias concedidas, tanto para servidores como para agentes políticos;
- H)** Foram emitidas e estão arquivadas nas pastas funcionais, devidamente assinadas pelos responsáveis, as efetividades dos servidores, fundamentando inclusive as horas extras pagas.
- I)** Houve a entrega anual, e o respectivo arquivamento nas pastas funcionais, da Declaração de Bens e Rendas por todos os servidores (efetivos, em comissão



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS

CONTROLADORIA INTERNA MUNICIPAL

e contratados por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público), bem como pelos excedentes de mandato eletivo (Prefeito, Vice-Prefeito);

- J) Não é realizada a avaliação do estágio probatório dos servidores, bem não foram emitidas as portarias de declaração de estabilidade, quando for o caso.
- K) Está sendo publicada, anualmente, a relação dos subsídios e das remunerações dos cargos e empregos públicos (art. 39, § 6º da CR);
- L) Não esta sendo feito escala de gozo de férias dos servidores;
- M) As cedências de servidores contam com autorização legal por meio de portaria, estando à contribuição previdenciária sendo mantida para o regime da origem (art. 1º-A da Lei 9.717/1998);
- N) Estão regulares as contribuições previdenciárias ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS e ao Regime Próprio de Previdência dos Servidores – RPPS;
- O) Estão regulares os descontos do imposto de renda na fonte (Decreto Federal nº 3.000/1999).

2.2- No tocante à despesa total com pessoal, de que tratam os Arts. 18 a 23 da Lei Complementar nº 101/2000 cabem as seguintes considerações:

DESPESAS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

DESPESA COM PESSOAL		DESPESAS EXECUTADAS	
		(Últimos 12 Meses)	
		LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		17.211.875,33	0,00
Pessoal Ativo		16.887.330,21	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas		324.545,12	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)		2.461.441,26	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		309.654,63	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior da apuração		0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração		0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		789.100,71	0,00
IRRF Pessoal ativo (Parecer Prévio nº 056/2002/ TCE-RO)		450.527,73	0,00
PACS/PSF (Parecer Prévio nº 177/2003/TCE-RO)		640.356,00	0,00
Verbas indenizatórias (Parecer Prévio nº 09/2013/TCE-RO)		271.802,19	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)		14.750.434,07	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR	% SOBRE RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		26.968.462,26	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)		0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)		26.968.462,26	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)		14.750.434,07	54,70
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)		14.562.969,62	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 % VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)		13.834.821,14	51,30
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 % VIII) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)		13.106.672,66	48,60

FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável - emitido em 31/jan/2018 às 09h e 35m.

I. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS

CONTROLADORIA INTERNA MUNICIPAL

Observações: O Demonstrativo Consolidado da Despesa com Pessoal, constante do Relatório de Gestão Fiscal do último semestre de 2017, demonstra que o gasto com pessoal do Poder Executivo Municipal de Seringueiras chegou a **54.70%** da Receita Corrente Líquida, **excedendo, portanto em 3,40% o limite prudencial**.

Nos últimos 12 meses, o Poder Executivo do Município de Seringueiras efetuou despesas com pessoal no valor de R\$ 14.750.434,07 (quatorze milhões setecentos e cinquenta mil quatrocentos e trinta e quatro reais e sete centavos), comprometendo 54,70% de sua receita corrente líquida, estando acima do seu limite máximo de 54%, Salientamos que o município utilizou-se dos pareceres Prévios do 177/2003 PACS/PSF e 056/2002 IRRF. Lembrando ainda que esse percentual de 54,70 é do Poder Executivo em relação à Receita Corrente Líquida que é de R\$ 26.968.462,26 (Vinte e seis milhões novecentos e sessenta e oito mil quatrocentos e sessenta e dois reais e vinte e seis centavos).

No mês de janeiro de 2018, a Unidade de Controle Interno Preocupado em manter o limite prudencial com gasto com a folha de pagamento, emitiu aos Gestores municipais Secretários e Coordenadores, a **RECOMENDAÇÃO nº 001/2018**, alertando a Prefeita Municipal e os secretários que no 2º semestre o limite o gasto com a folha de pagamento ultrapassou o índice máximo permitido pela lei LFR, informações essas que desde o mês de agosto vem alertando aos gestores sobre a necessidade de reduzir o gasto com despesas com pessoal, uma vez que o limite prudencial já havia sido ultrapassando pelo nosso município conforme relatório do segundo semestre.

Assim sendo, foi recomendada aos gestores a suspensão de contratação de horas extras, conforme determina o artigo 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal, e o Art. 37 da Lei 1.020/2017- Lei Diretrizes Orçamentárias- L.D.O, que entre outras medidas, veda o pagamento de horas extras aos servidores públicos no período em que os gastos do município com pessoal estiverem acima do limite prudencial.

Como iniciativa quanto ao pagamento das despesas com horas extras a prefeita municipal expediu o Decreto nº092/2017- estabelecendo medidas com contenção de gastos com pessoal no âmbito do município.

Com base no decreto do executivo, a unidade de controle Interno emitiu a **RECOMENDAÇÃO Nº 08/2017**- conceitos quanto à concessão de horas extras de acordo decreto municipal 092/2017.

3. - DAS PEÇAS E DOCUMENTOS QUE COMPÕEM A PRESTAÇÃO DE CONTAS

3.1- Além deste relatório do Controle Interno, a presente prestação de contas, em observância ao artigo 11 da Instrução Normativa n.º 013/2004-TCER e demais normas vigentes, vai acompanhado dos seguintes Anexos, demonstrativos e/ou documentos:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS
CONTROLADORIA INTERNA MUNICIPAL

Item	Nº do Anexo	Documentação	Dispositivo Legal	Sim	Não
1		Relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas	Artigo 11, Inciso VI, letra "a", da IN 013/TCER. Juntado às fls. ____	X	
2		Anexos e Demonstrativos estabelecidos no art. 101 da Lei Federal nº 4.320, de 17.03.64(01, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17 E 18)	Artigo 11, Inciso VI, da IN 013/TCER Juntados às fls. ____	X	
3	TC-28	Qualificação dos Responsáveis;	Artigo 11, Inciso VI, letra "c" da IN 013/TCER Juntada às fls. ____	X	
4		Prova de publicação dos balanços em Diário Oficial;	Artigo 11, Inciso VI, letra "d" da IN 013/TCER Juntada às fls. ____	X	
5		Prova da publicação em Diário Oficial da Relação nominal dos servidores ativos e inativos ao final do exercício;	Artigo 11, Inciso VI, letra "e" da IN 013/TCER Juntada às fls. ____	X	
6	TC-10	Relação dos restos a pagar;	Artigo 11, Inciso VI, letra "f" da IN 013/TCER Juntada às fls. ____	X	
7	TC-13	Inventário do estoque em almoxarifado; em CD	Artigo 11, Inciso VI, letra "g" da IN 013/TCER Juntado às fls. ____	X	
8	TC-15	Inventário físico-financeiro dos bens móveis; em CD	Artigo 11, Inciso VI, letra "h" da IN 013/TCER Juntado às fls. ____	X	



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS
CONTROLADORIA INTERNA MUNICIPAL

9	TC-16	Inventário físico-financeiro dos bens imóveis; em CD	Artigo 11, Inciso VI, letra "i" da IN 013/TCER Juntado às fls. _____	X	
10		Cópia do ato de nomeação da comissão de elaboração dos inventários físico-financeiros dos bens móveis e imóveis;	Artigo 11, Inciso VI, letra "j" da IN 013/TCER Juntado às fls. _____	X	
11	TC-18	Quadro demonstrativo das alterações orçamentárias;	Artigo 11, Inciso VI, letra "l" da IN 013/TCER Juntado às fls. _____	X	
12	TC-22	Demonstrativo das contas componentes do ativo financeiro realizável;	Artigo 11, Inciso VI, letra "m" da IN 013/TCER Juntado às fls. _____	X	
13	TC-23	Demonstrativo sintético das contas componentes do ativo permanente;	Artigo 11, Inciso VI, letra "n" da IN 013/TCER Juntado às fls. _____	X	
14	-	Relação dos contribuintes inscritos na dívida ativa, em CD	Artigo 11, Inciso VI, letra "o" da IN 013/TCER Juntada às fls. _____	X	
15	TC-24	Demonstrativo da conta valores inscritos no ativo permanente;	Artigo 11, Inciso VI, letra "p" da IN 013/TCER Juntado às fls. _____	X	
16	TC-25	Demonstrativo das obras realizadas não incorporáveis ao patrimônio;	Artigo 11, Inciso VI, letra "q" da IN 013/TCER Juntado às fls. _____		
17	TC - 38	Demonstrativos de recursos financeiros de convênios não repassados cujas despesas já foram empenhadas.	Artigo 11, Inciso VI, letra "s" da IN 013/TCER Juntadas às fls. _____	X	



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS

CONTROLADORIA INTERNA MUNICIPAL

18		Relatório do Controle Interno		X	
19		Pronunciamento da Autoridade Competente		X	
20		Demonstrativo da Conta Bancos em 31/12/2017, Conciliações Bancárias e Extratos Bancários.		X	
21		Parecer do Conselho do FUNDEB		X	
22		Comprovante de Envio da Prestação de Contas a Controladoria Geral do Estado e União		x	
23		Ato de Nomeação dos responsáveis pela movimentação financeira das contas da Saúde e Educação		X	

3.2- A análise do período em referencia foi procedida pelos Técnicos desta controladoria interna, através de exame de consistência dos documentos e informações, objetivo dos resultados constantes no balanço, nos seus relatórios e suas demonstrações contábeis, bem como os anexos complementares.

4. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. A autorização para a execução orçamentária foi aprovado pela Legislação abaixo:

Leis e Atos	2017
LOA - Lei de Orçamento Anual	1074/2016
Data da LOA	23/12/2016
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias	1052/2016
Data da LDO	27/06/2016
PPA - Plano Plurianual	1073/2016
Data do PPA	12/12/2016

A proposta orçamentária foi aprovada pelo Poder Legislativo, conforme Lei Municipal - LOA n.º 1074/2016 de 23/12/2016, estimando a receita e fixando a despesa em **R\$ 27.695.063,00 (Vinte e sete milhões seiscentos e noventa e cinco mil sessenta e três reais)** O valor aprovado representa o montante que fora previamente encaminhado ao Tribunal de Contas do estado de Rondônia, que mereceu parecer favorável.

4.2. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO –



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS CONTROLADORIA INTERNA MUNICIPAL

Em análise mais detalhada das operações financeiras e orçamentárias realizadas pela Contadoria no exercício de 2017 observamos, em relação ao disposto no Capítulo II, do Título IX da Lei Federal nº 4.320/64, que todas foram escrituradas em conformidade com as normas aí previstas e com observância dos princípios fundamentais de contabilidade, aplicáveis à espécie, pois:

- a) A despesa orçamentária conteve-se no limite dos créditos votados e em nenhum momento, durante a execução, excedeu o montante autorizado.
- b) Os gastos efetuados guardaram conformidade com a classificação funcional-programática da Lei Federal nº 4.320/64 e Portarias Ministeriais.
- c) **Não** Houve correção quanto à classificação econômica da despesa (Anexo 01 da Lei Federal nº 4.320/64 e Portarias Ministeriais).
- d) Ficou caracterizada a observância das fases da despesa estabelecidas nos Arts. 60, 63 e 64 da Lei Federal nº 4.320/64.
- e) As Notas de Empenho e Ordens de Pagamento estão acompanhadas de documentação comprobatória hábil, notas fiscais, recibos, faturas, conhecimentos, nos termos da legislação vigente.
- f) No exame da documentação relativa às Prestações de Contas de Adiantamentos (art. 68 da Lei Federal nº 4.320/64), constatou-se o cumprimento das normas gerais de Direito Financeiro e da Lei Municipal nº 804/1991.
- g) Os bens móveis e imóveis adquiridos ou alienados no curso do exercício foram contabilizados nas contas patrimoniais respectivas.
- h) Houve controle contábil mensal das entradas, saídas e do saldo dos materiais estocados em almoxarifado.
- i) Os inventários dos materiais estocados em almoxarifado e dos bens patrimoniais coincidem com os registros contábeis. **Não foram realizados inventários de materiais, só dos bens patrimoniais.**
- j) No controle contábil das operações financeira extra orçamentária, nenhuma irregularidade foi constatada.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS
CONTROLADORIA INTERNA MUNICIPAL

- k) Analisando-se os créditos adicionais abertos no exercício, observa-se a existência de autorização legal para a abertura bem como a existência dos recursos indicados para a sua cobertura, conforme o prescrito no Art. 43 da Lei 4.320/64.

A execução do Balanço Orçamentário se comportou da seguinte forma:

12. Balanço Orçamentário	2017
12.1 - Receitas Orçamentárias	
12.1.1 - Previsão Inicial	27.695.063,00
12.1.2 - Previsão Atualizada	31.249.629,57
12.1.3 - Receita Realizada	31.601.527,70
12.1.4 - Saldo	351.898,13
12.1.5 - Superávit Financeiro	2.090.877,18
12.2 - Despesa Orçamentária	
12.2.1 - Dotação Inicial	27.695.063,00
12.2.2 - Dotação Atualizada	33.340.506,75
12.2.3 - Despesas Empenhada	28.513.474,19
12.2.4 - Despesas Liquidada	27.855.381,64
12.2.5 - Despesas Pagas	27.763.689,39
12.2.6 - Saldo da Dotação	4.827.032,56
12.2.7 - Saldo Restos a Pagar Não Processados - Anexo 1	0,00
12.2.8 - Saldo Restos a Pagar Processados - Anexo 2	0,00

4.3. –A apuração do Anexo TC-18 dos Créditos Adicionais e do Artigo 167 da CF referente a Transferências, Transposições e Remanejamento balanço comparados ao Balanço Orçamentário tiveram o seguinte comportamento:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS
CONTROLADORIA INTERNA MUNICIPAL

Apuração TC-18 - Balanço Orçamentário		
Descrição	Valor (R\$)	%
Alteração do Orçamento		
Dotação Inicial	27.695.063,00	100,00
(+) Créditos Suplementares	2.533.369,92	9,15
(+) Créditos Especiais	5.426.458,05	19,59
(+) Créditos Extraordinários	0,00	0,00
(+) Artigo 167 CF - Transferencia, Transposição e Remanejamento	2.004.760,98	7,24
Total de Créditos Adicionais abertos no período	9.964.588,95	28,74
(-) Anulações de Créditos	2.314.384,22	8,36
(+) Artigo 167 CF - Transferencia, Transposição e Remanejamento	2.004.760,98	7,24
(=) Dotação atualizada (Autorização Final)	33.340.506,75	120,38
(-) Despesa Empenhada	28.513.474,19	102,96
(=) Recursos não utilizados	4.827.032,56	17,43
Dotação Atualizada Balanço Orçamentário (Anexo 12 Lei 4320/64)	33.340.506,75	120,38
Dotação atualizada TC-18 - Dotação Atualizada Balanço Orçamentário	0,00	0,00
Fonte de Recursos		
Superávit Financeiro	2.090.877,18	20,98
Excesso de Arrecadação	0,00	0,00
Anulações de Dotação	2.314.384,22	23,23
Operações de Crédito	0,00	0,00
Recursos Vinculados a Receita	3.554.566,57	35,67
Artigo 167 CF - Transferencia, Transposição e Remanejamento	2.004.760,98	20,12
Total das fontes de recursos	9.964.588,95	100,00
Total de abertura de créditos adicionais no período (%)	35,98	
Percentual de Créditos e Artigo 167 CF autorizado pela LOA e/ou LDO	20,00	
Autorização na LOA para abertura de créditos adicionais suplementares	5.539.012,60	20,00
Creditos Adicionais Suplementares Abertos	2.533.369,92	9,15
Créditos Adicionais Suplementares abertos por Lei Específica	873.059,28	3,15
Saldo de Créditos Suplementares abertos por Lei Orçamentária	1.660.310,64	5,99
Artigo 167 CF - Transferencia/Transposição/Remanejamento	2.004.760,98	7,24
Artigo 167 CF - Transferencia/Transposição/Remanejamento Lei Específica	0,00	0,00
Saldo de Transferências/Transposição e Remanejamento Lei Orçamentária	2.004.760,98	7,24
Total Créditos Suplementares e Artigo 167 da CF com Lei Orçamentária	3.665.071,62	13,23
Saldo Créditos Suplementares e Art 167 CF autorizados pela LOA/LDO	1.873.940,98	6,77

4.4. – A apuração do saldo orçamentário está apresentada da seguinte forma:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS
CONTROLADORIA INTERNA MUNICIPAL

Apuração Dotação Atualizada no Balanço Orçamentário	
Descrição	Valor (R\$)
1. Dotação Inicial (LOA)	27.695.063,00
2. Fonte de Recurso de Créditos Adicionais (TC-18)	9.964.588,95
3. Artigo 167 CF - Transferencia, Transposição e Remanejamento (suplementação)	2.004.760,98
4. Anulações de Dotação (TC-18)	2.314.384,22
5. Artigo 167 CF - Transferencia, Transposição e Remanejamento (anulação)	2.004.760,98
6. Dotação Atualizada Apurada (1+2-3-5)	33.340.506,75
7. Dotação Atualizada (Balanço Orçamentário)	33.340.506,75
8. Resultado (4-5)	0,00

4.5. As apurações dos Créditos Adicionais abertos por Superávit Financeiro tiveram o seguinte comportamento durante o exercício:

Apuração Abertura de Créditos por Superávit Financeiro

Descrição	Valor
1. Créditos Adicionais Abertos por meio de superávit financeiro	2.090.877,18
2. Superávit financeiro (Exercício anterior) (2.1 - 2.2)	3.188.492,19
2.1 Superávit financeiro Consolidado (Exercício anterior)	13.012.803,25
2.2 Superávit financeiro do Instituto de Previdência (Exercício anterior)	9.824.311,06
3. TC-38 – Exercício anterior	0,00
4. Superávit financeiro Considerando TC-38 (2-3)	3.188.492,19
5. Resultado apurado (4-1)	1.097.615,01
3. Resultado (1/4)*100 (%)	65,58%

No exercício de 2017, crédito adicional especial no valor total de R\$ 5.426.458,05 (Cinco milhões quatrocentos e vinte e seis mil quatrocentos e cinquenta e oito reais e cinco centavos) sendo por celebração de convênios R\$ 3.554.566,57 (Três milhões quinhentos e cinquenta e quatro mil quinhentos e sessenta e seis reais e cinquenta e sete centavos) e sendo por superávit financeiro R\$ 1.221.217,90 (Um milhão duzentos e vinte e um mil duzentos e dezessete reais e noventa centavos) e sendo por anulação R\$ 650.673,58 (Seiscentos e cinquenta mil seiscentos e setenta e três reais e cinquenta oito centavos).

Os créditos adicionais suplementares no valor total de R\$ 2.533.369,92 (Dois milhões quinhentos e trinta e três mil trezentos e sessenta nove reais e noventa e dois centavos) sendo por superávit financeiro um valor de R\$ 869.659,28 (Oitocentos e sessenta e nove mil seiscentos e cinquenta e nove reais e vinte e oito centavos), e sendo por anulação R\$ 1.663.710,64 (Um milhão seiscentos e sessenta e três mil setecentos e dez reais e sessenta e quatro centavos).



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS CONTROLADORIA INTERNA MUNICIPAL

As **Reformulações Administrativas**, que dispõe sobre a alteração qualitativa, conforme preceitua o artigo 167, inciso VI da Constituição Federal, que trata da Transposição, Remanejamento e Transferência de recurso de uma categoria de programação para outro ou de um órgão para outro. Até o 3º quadrimestre as alterações foram de **R\$ 2.004.760,98 (Dois milhões e quatro mil setecentos e sessenta reais e noventa e oito centavos)** sendo por **Transposição** o valor de **R\$ 1.687.457,64 (Um milhão seiscentos e oitenta e sete mil quatrocentos e cinquenta e sete reais e sessenta e quatro centavos)**, sendo por Transferência o valor de R\$ 260.690,64 (Duzentos e sessenta mil seiscentos e noventa reais e sessenta e quatro centavos) e sendo por **Remanejamento** o valor de **R\$ 56.612,70 (cinquenta e seis mil seiscentos e doze reais e setenta centavos)**.

No exercício de 2017, o Município de Seringueiras fez alterações orçamentárias por meio de Decretos de Créditos Adicionais Suplementares e de Reformulações Administrativas no montante de **R\$ 4.538.130,90 (Quatro milhões quinhentos e trinta e oito mil cento e trinta reais e noventa centavos)**, equivalente a 16,39%, devidamente estabelecido na LOA/2017.

5. EXECUÇÃO FINANCEIRA

5.1 – BALANÇO FINANCEIRO –

Analisando-se os principais demonstrativos financeiros que compõem o Balanço Geral do Município, especificamente o Balanço Financeiro (anexo 13), Balanço Patrimonial (anexo 14) e a Demonstração das Variações Patrimoniais (anexo 15), verificou-se o atendimento das normas legais vigentes, mediante a aplicação dos seguintes testes de consistência e revelação de saldo contábil.

- a) Balanço Financeiro: verificou-se a consistência das informações, comparando-se os dados constantes no demonstrativo com os saldos do balancete de verificação contábil de 31/12/2017.
- b) Demonstração das Variações Patrimoniais: a consistência da apuração do resultado do exercício foi verificada mediante a extração dos dados do balancete de verificação contábil de 31/12/2017.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS

CONTROLADORIA INTERNA MUNICIPAL

13. Balanço Financeiro	2017
13.1 - Ingressos	
13.1.1 - Receita Orçamentaria (I)	31.601.527,70
13.1.2 - Transferências Financeiras Recebidas (II)	9.913.389,19
13.1.3 - Recebimentos Extraorçamentárias (III)	749.784,80
13.1.3.1 - Inscrição de Restos a Pagar Processados	91.692,25
13.1.3.2 - Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	658.092,55
13.1.4 - Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)	13.012.803,25
13.1.4.1 - Caixa e Equivalente de Caixa	13.012.803,25
13.1.4.2 - Realizável	0,00
Total de Ingressos	55.277.504,94
13.2 - Dispendios	
13.2.1 - Despesa Orçamentaria (VI)	28.513.474,19
13.2.2 - Transferências Financeiras Concedidas (VII)	9.913.389,19
13.2.3 - Pagamentos Extraorçamentárias (VIII)	157.789,77
13.2.3.1 - Pagamento de Restos a Pagar Processados	0,00
13.2.3.2 - Pagamento de Restos a Pagar Não Processados	0,00
13.2.4 - Saldo em Espécie do Exercício Seguinte (IX)	16.692.851,79
13.2.4.1 - Caixa e Equivalente de Caixa	16.692.851,79
13.2.4.2 - Realizável	0,00
Total de Dispendios	55.277.504,94

5.2 – APURAÇÃO DO RESULTADO FINANCEIRO

A apuração do resultado financeiro teve o seguinte comportamento:

Apuração saldo do resultado financeiro	
Descrição	Valor (R\$)
1. Receita Arrecadada (Balanço Orçamentário)	31.601.527,70
2. Despesas Pagas (Balanço Orçamentário)	27.763.689,39
3. Ingressos Extraorçamentários (Balanço Financeiro)	749.784,80
4. Inscrição de Restos a Pagar (Balanço Financeiro)	749.784,80
5. Dispendios Extraorçamentários (Balanço Financeiro)	157.789,77
6. Transferencias Financeiras Recebidas	9.913.389,19
7. Transferencias Finaneiras Concedidas	9.913.389,19
8. Variação da disponibilidade decorrente da execução orçamentária (1-2)	3.837.838,31
9. Variação da disponibilidade decorrente da execução extraorçamentária (3-4-5)	-157.789,77
10. Variação da dispnibilidade decorrente das Transferências Financeiras (6-7)	0,00
11. Variação do período apurada (8+9+10)	3.680.048,54
12. Saldo em espécie do exercício anterior (Balanço Financeiro - Exercício atual)	13.012.803,25
13. Saldo em espécie para o exercício seguinte (Balanço Financeiro - Exercício atual)	16.692.851,79
14. Resultado Financeiro demonstrado no Balanço Financeiro (12-13)	3.680.048,54
15. Resultado (8-11)	0,00

5.3 – APURAÇÃO SALDO DE CAIXA



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS
CONTROLADORIA INTERNA MUNICIPAL

A puração de saldo de caixa e equivalente a caixa teve as seguintes movimentações:

Apuração saldo da conta Caixa e Equivalente de Caixa

Descrição	Valor R\$
1. Receita Arrecadada (Balanço Orçamentário)	31.601.527,70
2. Despesas Pagas (Balanço Orçamentário)	27.763.689,39
3. Ingressos Extraorçamentários (Balanço Financeiro)	749.784,80
4. Inscrição de Restos a Pagar (Balanço Financeiro)	749.784,80
5. Dispendios Extraorçamentários (Balanço Financeiro)	157.789,77
6. Variação da disponibilidade decorrente da execução orçamentária (1-2)	3.837.838,31
7. Variação da disponibilidade decorrente da execução extraorçamentária (3-4-5)	-157.789,77
8. Variação do período apurada (6+7)	3.680.048,54
9. Saldo Inicial de Caixa e Equivalente de Caixa (SF do Balanço Financeiro do exercício anterior)	13.012.803,25
10. Saldo Final de Caixa e Equivalente de Caixa apurado (9+8)	16.692.851,79
11. Saldo Final de Caixa e Equivalente de Caixa demonstrado no Balanço Patrimonial	16.692.851,79
12. Resultado (10-11)	0,00

6. EXECUÇÃO PATRIMONIAL

6.1 – BALANÇO PATRIMONIAL

Demonstração das Variações Patrimoniais: a consistência da apuração do resultado do exercício foi verificada mediante a extração dos seguintes dados do balancete de verificação contábil de 31/12/2017.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS
CONTROLADORIA INTERNA MUNICIPAL

14. Balanço Patrimonial	2017
14.1 - Ativo	58.649.955,87
14.1.1 - Ativo Circulante	7.653.036,12
14.1.1.1 - Caixa e Equivalente de Caixa	7.254.954,97
14.1.1.2 - Dívida Ativa Tributária	0,00
14.1.1.3 - Dívida Ativa Não Tributária	0,00
14.1.1.4 - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo - Realizável	41.858,67
14.1.1.5 - Investimento e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	0,00
14.1.1.6 - Estoques	314.363,81
14.1.2 - Ativo Não-Circulante	50.996.919,75
14.1.2.1 - Dívida Ativa Tributária	1.195.285,87
14.1.2.2 - Dívida Ativa Não Tributária	14.465.439,27
14.1.2.2.1 - (-)Ajuste para Perdas de Créditos a Longo Prazo	-12.333.628,85
14.1.2.3 - Investimento e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	9.396.038,15
14.1.2.4 - Investimentos	0,00
14.1.2.5 - Imobilizado	37.581.815,03
14.1.2.5.1 - Bens Móveis	12.851.477,58
14.1.2.5.2 - Bens Imóveis	27.690.134,39
14.1.2.5.3 - (-)Depreciação, Exaustão e Amortização	-2.959.796,94
14.1.2.5.4 - Bens Móveis Líquido (descontado as Depreciações, Exaustão e Amortização)	9.891.680,64
14.1.2.6 - Intangíveis	0,00
14.1.2.6.1 - Softwares	0,00
14.1.2.6.2 - Marcas, Direitos e Patentes	0,00
14.1.2.6.3 - Direito de Uso de Imóveis	0,00
TOTAL	58.649.955,87
14.2 - Passivo	36.115.908,58
14.2.1 - Passivo Circulante	91.692,25
14.2.1.1 - Obrigações Diversas a Pagar a Curto Prazo	105,98
14.2.1.2 - Demais Obrigações a Curto Prazo	91.586,27
14.2.2 - Passivo Não-Circulante	36.024.216,33
14.2.2.1 - Obrigações Diversas a Longo Prazo	950.446,03
14.2.2.2 - Provisões a Longo Prazo	35.073.770,30
14.2.3 - Patrimônio Líquido	22.534.047,29
14.2.3.1 - Patrimônio Social e Capital Social	0,00
14.2.3.2 - Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital	0,00
14.2.3.3 - Reserva de Capital	0,00
14.2.3.4 - Ajuste de Avaliação Patrimonial	12.164.665,22
14.2.3.5 - Reserva de Lucros	0,00
14.2.3.6 - Demais Reservas	0,00
14.2.3.7 - Resultados Acumulados	10.369.382,07
14.2.3.7.1 - Resultado do Exercício	-19.479.774,28
14.2.3.7.2 - Resultados de Exercícios Anteriores	29.849.156,35
14.2.3.7.3 - Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00
14.2.3.7.4 - Outros Resultados	0,00
14.2.3.7.5 - (-) Ações / Cotas em Tesouraria	0,00
TOTAL	58.649.955,87
Diferença entre Ativo e Passivo	0,00
14.3 - DEMAIS DADOS DO BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO	
14.3.1 - Ativo Financeiro (Campo Especial do Balanço Patrimonial)	7.296.813,64
14.3.2 - Passivo Financeiro (Campo Especial do Balanço Patrimonial)	749.784,80
14.3.3 - Superávit/Déficit Por Destinação de Recursos (consolidado)	6.547.028,84
14.3.4 - Ativo Permanente (Campo Especial do Balanço Patrimonial)	51.353.142,23
14.3.5 - Passivo Permanente (Campo Especial do Balanço Patrimonial)	36.024.216,33
14.3.6 - Superávit/Déficit Por Destinação de Recursos (RPPS)	0,00
14.3.7 - TC-38 - Recursos não repassados	0,00
14.3.8 - Superávit/Déficit Financeiro Final Verificado	6.547.028,84
14.4 - DEMAIS DADOS DO BALANÇO PATRIMONIAL - RPPS	
14.4.1 - Superávit/Déficit Por Destinação de Recursos (RPPS)	3.868.025,15



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS

CONTROLADORIA INTERNA MUNICIPAL

6.2 – RESULTADOS ACUMULADOS

A apuração dos resultados acumulados foi efetuada e teve o seguinte comportamento:

Apuração dos Resultados Acumulados	
Descrição	Valor (R\$)
1. Variação Patrimonial Aumentativa (DVP)	43.135.823,87
2. Variação Patrimonial Diminutiva (DVP)	62.615.598,15
3. Resultado Patrimonial apurado no período (1-2)	-19.479.774,28
4. Resultado evidenciado na DVP	-19.479.774,28
5. Resultado (3-4)	0,00
6. Resultados Acumulados (Exercício Anterior - Balanço Patrimonial)	29.849.156,35
7. Ajustes de exercícios anteriores (Exercício Atual - Exercício Anterior)	0,00
8. Resultados Acumulados apurado no período (3+6+7)	10.369.382,07
9. Resultados Acumulados demonstrado no Balanço Patrimonial (Exercício Atual)	10.369.382,07
10. Resultado (8-9)	0,00

6.3 – APURAÇÕES SALDO ATIVO E PASSIVO EXIGIVEL

A apuração do saldo do Ativo e Passivo se comportaram da seguinte forma:

Apuração saldo do Ativo ou Passivo Exigível	
Descrição	Valor
1. Ativo Financeiro (Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes)	7.296.813,64
2. Ativo Permanente (Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes)	51.353.142,23
3. Ativo Total de acordo com a Lei nº 4.320/1964 (1+2)	58.649.955,87
4. Ativo Circulante (Balanço Patrimonial - Quadro Principal)	7.653.036,12
5. Ativo Não Circulante (Balanço Patrimonial - Quadro Principal)	50.996.919,75
6. Ativo Total de acordo com o MCASP (4+5)	58.649.955,87
7. Resultado (3-6)	0,00
8. Passivo Financeiro (Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes)	749.784,80
9. Passivo Permanente (Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes)	36.024.216,33
10. Passivo Total de acordo com a Lei nº 4.320/1964 (8+9)	36.774.001,13
11. Passivo Circulante (Balanço Patrimonial - Quadro Principal)	91.692,25
12. Passivo Não Circulante (Balanço Patrimonial - Quadro Principal)	36.024.216,33
13. Restos a Pagar Não Processados (Coluna "f" do Anexo 1 - Balanço Orçamentário)	0,00
13.1 - Restos a Pagar não processados, liquidados mas não pagos	0,00
13-2 - Resultado (13-13.1)	0,00
14. Restos a Pagar Não Processados inscritos no exercício (Balanço Financeiro)	658.092,55

6.4–APURAÇÃO SALDO DÉFICT OU SUPERAVIT FINANCEIRO



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS

CONTROLADORIA INTERNA MUNICIPAL

A apuração do Saldo do Superávit/Déficit financeiro apresentado no Balanço Patrimonial se comportou da seguinte forma:

Apuração do saldo do Superávit/Déficit Financeiro	
Descrição	Valor
1. Ativo Financeiro (Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes)	7.296.813,64
2. Passivo Circulante (Balanço Patrimonial - Quadro Principal)	91.692,25
4. Restos a Pagar Não Processados inscritos no exercício (Balanço Financeiro)	658.092,55
5. Passivo Financeiro apurado (2+3+4)	749.784,80
6. Superávit/Déficit Financeiro apurado (1-5)	6.547.028,84
7. Superávit/Déficit Financeiro demonstrado no Quadro do Superávit / Déficit Financeiro	6.547.028,84
8. Resultado (6-7)	0,00

6.5 – APURAÇÕES DÉFICT OU SUPERAVIT ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

A apuração do Déficit e superavit orçamentário e financeiro, considerando as disponibilidades do RPPS se apresentam da seguinte forma:

Apuração Superávit/Déficit Orçamentário e Financeiro	
Descrição	Valor R\$
Orçamentário	
Receita Realizada Balanço Orçamentário	31.601.527,70
Despesa Empenhada Balanço Orçamentário	28.513.474,19
Déficit ou Superávit Orçamentário do Exercício	3.088.053,51
Superavit Financeiro de exercício anterior	3.188.492,19
Resultado apresentado consierando superavit exercicio anterior	6.276.545,70
Financeiro	
Caixa e equivalente a Caixa - Balanço Patrimonial Consolidado	7.254.954,97
Investimentos e Aplicações Temporárias - Curto e Longo Prazo	41.858,67
Total disponibilizades Financeiras - Balanço Consolidado	7.296.813,64
Caixa e equivalente a Caixa - Balanço Patrimonial RPPS	4.666,76
Investimentos e Aplicações Temporárias - Curto e Longo Prazo - RPPS	3.863.358,39
Total disponibilizades Financeiras - RPPS	3.868.025,15
Disponibiliddes Financeiras Liquida (Sem o RPPS)	3.428.788,49
Passivo Financeiro Balanço Patrimonial (campo especial)	749.784,80
Déficit ou Superávit Financeiro do Exercício	2.679.003,69
TC-38 - Exercício Atual	0,00
Déficit ou Superávit Financeiro do Exercício Considerando TC-38	2.679.003,69
Destinação de Recursos Superávit/Défict Balanço Patrimonial	6.547.028,84
Calculo Superávit/Défict Consolidado	6.547.028,84
Apuração do Superavit/déficit por Destinação de Recursos	0,00

6.6 - DEMONSTRATIVO DE VARIAÇÕES PATRIMONIAIS



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS

CONTROLADORIA INTERNA MUNICIPAL

As Variações Patrimoniais tiveram o seguinte comportamento durante o exercício:

14.1.1.1 - Caixa e Equivalente de Caixa	4.666,76
14.1.1.4 - Investimento e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	3.863.358,39
15. Demonstrativo de Variações Patrimoniais	2017
15.1 - Variações Patrimoniais Quantitativas	
15.1.1 - Variação Patrimonial Aumentativa	43.135.823,87
15.1.2 - Variação Patrimonial Diminutiva	62.615.598,15
15.1.2.1 - Uso de Material de Consumo	2.529.530,24

6.7- DÍVIDA PÚBLICA FUNDADA

Para fins de cumprimento do limite de endividamento definido pela Lei Complementar 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal e pelas Resoluções do Senado Federal, na apuração da Dívida Pública Consolidada foi considerado o valor de R\$ R\$ 950.446,03 (novecentos e cinquenta mil quatrocentos e quarenta e seis reais e três centavos), Sendo R\$=241.058,60 (duzentos e quarenta e um mil cinquenta e oito reais e sessenta centavos) referente ao saldo da dívida com precatórios, e R\$=17.417,15 (dezessete mil quatrocentos e dezessete reais e quinze centavos) referente ao parcelamento com INSS, e R\$= 691.970,28 (seiscentos e noventa e um mil novecentos e setenta e setenta reais e vinte e oito centavos) parcelamentos junto a IPMS, conforme descrito abaixo.

Obrigações Dívida Fundada — Composição Atual					
<u>ATO AUTORIZATIVO</u>	<u>DESCRIÇÃO</u>	<u>SALDO ANTERIOR</u>	<u>DÉBITO BAIXA</u>	<u>CRÉDITO ENCAMPACÃO</u>	<u>SALDO</u>
PRECATÓRIOS	PRECATÓRIOS POSTERIORES	0,00	0,00	241.058,60	241.058,60
DEBITO PARCELADO INSS	INSS	95.292,02	77.874,87	0,00	17.417,15
DEBITO PARCELADO CERON	CERON S/A	94.010,71	94.010,71	0,00	0,00
CADPREV 250;292;293;1343.	PARCELAMENTO RPPS	536.044,08	359.555,40	515.481,60	691.970,28
	TOTAIS	725.346,81	531.440,98	756.540,20	950.446,03

6.7. SALDO ATUARIAL

A tabela a seguir apresenta o Saldo Atuarial que é o resultado da subtração dos valores do Patrimônio Constituído e Compensação Previdenciária a Receber do valor total das Reservas Matemáticas.

Discriminação Valores	(R\$)
(+) Ativo Líquido do Plano	9.829.409,06
(-)Provisão de Benefícios Concedidos	2.452.729,73



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS CONTROLADORIA INTERNA MUNICIPAL

(-)Provisão de Benefícios a Conceder	38.293.526,88
(+)Valor Atual da Compensação a Receber	5.672.486,31
(-)Déficit Técnico Atuarial	25.244.361,24

Fonte: Avaliação Atuarial 2017

A avaliação Atuarial do Exercício de 2017 demonstrou um Déficit **Atuarial de R\$ 25.244.361,24**, cujo valor, pode Influenciar no Resultado do Patrimônio Líquido Consolidado do Município, diminuindo seu PL em razão do Déficit apurado.

O valor da Reserva Matemática necessária destes servidores é de R\$= 35.073.770,30 e, como o Ativo Financeiro deste Fundo é de R\$ 9.829.409,06, há um superávit de R\$ 25.244.361,24. Em observância às normas do Ministério da Previdência Social tal superávit foi alocado na conta “Ajuste de Resultado Atuarial Superavitário”.

6.8- DEMONSTRATIVO DA CONTA BANCOS

Conforme Demonstrativo Analíticos das contas em 31/12/2017, a conta de **Arrecadação nº 16039-3, Banco SICCOOB**, estava com valor negativo (R\$ -21.000,30 (vinte e um mil reais e trinta centavos)), quanto ao apontamento devemos destacar que o representante a Agência Bancaria **Sicoob Credip**, comunicou a Prefeitura, através do ofício: CA-002/2018/PA05-Sicoob Credip, datado no dia 29/03/2017, o fato gerador do ônus, fazendo os seguintes esclarecimentos:

“No dia 28/12/2017 foi transferido via(TED) o valor de R\$=31.224,31(trinta e um mil e duzentos e vinte e quatro reais e trinta centavos) recurso da conta convenio da Prefeitura, porem devido a um erro em nossa contabilidade (banco) onde não foi contabilizado uma transferência via (TED) no valor de R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais) realizada no dia 08/12/2017, restando assim no dia 28/12 somente o saldo de R\$ 10.244,31 (dez mil duzentos e quarenta e quatro reais e trinta e um centavos) ficando assim a conta convenio da Prefeita negativa 21.000,30 (cinte e um mil reais e trinta centavos)”.

Com somente foi possível identificado a falho após a transferência dos recursos, não foi possível a regularização na data do dia 28/12/2017, ficando assim com saldo devedor informado de acordo -TC02- Demonstrativos Analítico de saldo em contas.

Ressaltando que com o ocorrido a prefeitura, não teve nenhum ônus, sendo necessário comente a devolução do recurso transferido indevidamente.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS

CONTROLADORIA INTERNA MUNICIPAL

7. FLUXO DE CAIXA

7.1 – ACOMPANHAMENTOS DO FLUXO DE CAIXA

O fluxo de caixa teve o seguinte comportamento durante o exercício:

15.1.2.2 - Demais Variações Patrimoniais Diminutivas	60.086.067,91
15.1.3 - Resultado Patrimonial do Período	-19.479.774,28
18. Demonstrativo dos Fluxos de Caixa	2017
18.1 - Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	4.820.414,15
18.1.1 - Ingressos	41.514.916,89
18.1.2 - Desembolso	36.694.502,74
18.2 - Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	-684.897,40
18.2.1 - Ingressos	0,00
18.2.2 - Desembolso	684.897,40
18.3 - Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	-455.468,21
18.3.1 - Ingressos	0,00

7.2 – APURAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

A apuração do fluxo de caixa teve o seguinte comportamento no exercício:

Apuração do saldo da demonstração de fluxo de caixa	
Descrição	Valor (R\$)
1. Receita Arrecadada (Balanço Orçamentário)	31.601.527,70
2. Despesas Pagas (Balanço Orçamentário)	27.763.689,39
3. Ingressos Extraorçamentários (Balanço Financeiro)	749.784,80
4. Inscrição de Restos a Pagar (Balanço Financeiro)	749.784,80
5. Dispendios Extraorçamentários (Balanço Financeiro)	157.789,77
5.1 - Realizável - diferença entre exercício anterior e atual	0,00
6. Variação da disponibilidade decorrente da execução orçamentária (1-2)	3.837.838,31
7. Variação da disponibilidade decorrente da execução extraorçamentária (3-4-5)	-157.789,77
8. Variação do período (6+7)	3.680.048,54
9. Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa (DFC)	3.680.048,54
10. Resultado (8-9)	0,00
11. Caixa e Equivalente de Caixa Inicial (Balanço Financeiro - SF do Exercício Anterior)	13.012.803,25
12. Caixa e Equivalente de Caixa Inicial (DFC - SF do Exercício Anterior)	13.012.803,25
13. Resultado (11-12)	0,00
14. Caixa e Equivalente de Caixa Final (Balanço Patrimonial - SF Exercício Atual)	7.296.813,64
15. Caixa e Equivalente de Caixa Final (DFC - SF Exercício Atual)	7.296.813,64

8 – APURAÇÕES DAS RECEITAS REALIZADAS X DAF BANCO DO BRASIL

8.1- No levantamento efetuado da realização da receita com o DAF do Banco do Brasil, foi constatado que foi realizada a receita de acordo com as



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS CONTROLADORIA INTERNA MUNICIPAL

transferências constitucionais apresentadas, que se apresentou conforme gráfico abaixo:

Apuração das Receitas Realizadas x DAF Banco do Brasil				
DESCRIÇÃO	RECEITA	ANEXO X 4320/64	DAF B. BRASIL	DIFERENÇA
FPM - FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS	1.7.2.1.01.02.00.00.00	7.885.840,41	7.885.840,41	0,00
FEP - FUNDO ESPECIAL DO PETROLEO	1.7.2.1.22.70.00.00.00	84.013,16	84.013,16	0,00
ICMS - DESONERACAO DAS EXPORTACOES LEI 87/96	1.7.2.1.36.00.00.00.00	10.835,88	10.835,88	0,00
ITR - IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	1.7.2.1.01.05.00.00.00	8.082,70	8.082,70	0,00
ICS - ICMS ESTADUAL	1.7.2.2.01.01.00.00.00	7.521.673,28	7.521.673,28	0,00
CFM - DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL	1.7.2.1.22.20.00.00.00	1.057,26	1.057,26	0,00
CFH - COMPENSACAO FINANCEIRA RECURSOS HIDRICOS	1.7.2.1.22.11.00.00.00	0,00	0,00	0,00
IPM - IPI EXPORTACAO - COTA MUNICIPIO	1.7.2.2.01.04.00.00.00	38.285,35	38.285,35	0,00
CID - CIDE-CONTRIB. INTERVENCAO DOMINIO ECONOMICO	1.7.2.2.01.13.00.00.00	56.057,02	56.057,02	0,00
FUNDEB - FNDO MANUT DES EDUC BASICA E VLRIZ PROF EDUC	1.7.2.4.01.00.00.00.00	5.991.474,96	5.991.474,96	0,00
ISO - IMPOSTO SOBRE O OURO	1.7.2.1.01.32.00.00.00	0,00	0,00	0,00
FEX - AUXILIO FINANCEIRO PARA FOMENTO EXPORTACOES	1.7.2.1.99.00.20.00.00	57.966,97	57.966,97	0,00
TOTALIS		21.655.286,99	21.655.286,99	0,00

Link para acesso das informações DAF Banco do Brasil

<https://www42.bb.com.br/portalbb/daf/beneficiario,802,4647,4652,0,1.bbx>

9 – DÍVIDA ATIVA –

9.2- A dívida ativa teve o seguinte comportamento na movimentação durante o exercício:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS

CONTROLADORIA INTERNA MUNICIPAL

Apuração do saldo da Dívida Ativa

Descrição	Conta/Receita	Valor (R\$)
1. Saldo do Exercício Anterior		15.148.950,77
1.1. Dívida Ativa tributária - Curto Prazo	1.1.2.5.1.01	0,00
1.2. Dívida Ativa não tributária - Curto Prazo	1.1.2.6.	0,00
1.3. Dívida Ativa tributária - Longo Prazo	1.2.1.1.1.04	1.419.186,14
1.4. Dívida Ativa não tributária - Longo Prazo	1.2.1.1.1.05.	13.729.764,63
2. Inscrição Principal		167.492,80
3. Inscrição Encargos (Juros, Correção e Multa)		754.748,98
4. Arrecadação da Receita de Dívida Ativa - Principal e Encargos		100.204,44
4.1. Arrecadação da Receita de Dívida Ativa tributária	1.9.3.1.00.00.00.00	67.863,22
4.2. Arrecadação da Receita de Dívida Ativa não tributária	1.9.3.2.00.00.00.00	308,78
4.3. Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	1.9.1.3.00.00.00.00	32.032,44
4.4. Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa das Contribuições	1.9.1.4.00.00.00.00	0,00
4.5. Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outras receitas	1.9.1.5.00.00.00.00	0,00
5 - TOTAL DE BAIXAS INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		310.262,97
6. Saldo do Exercício Apurado (1+2+3-4-5)		15.660.725,14
7. Saldo do Exercício demonstrado no Balanço Patrimonial		15.660.725,14
8. Resultado (6-7)		0,00

9.3- Segue a Composição da Dívida Ativa Tributária e Não tributária ao final do exercício de 2017:

Dívida Ativa Tributária Resumo por Exercício

Composição em 31/12/2017

Dívida	Exercício	Principal	Juros	Multa	Correção	Saldo
Tributaria	2005	15.404,21	31.584,28	2.119,86	5.794,29	54.902,64
Tributaria	2006	375,24	683,61	50,02	125,47	1.234,34
Tributaria	2007	76,45	120,71	9,72	20,88	227,76
Tributaria	2008	316,82	428,11	37,53	58,72	841,18
Tributaria	2009	1.737,21	1.984,25	196,58	228,33	4.146,37
Tributaria	2010	14.845,13	14.110,67	1.602,35	1.170,97	31.729,12
Tributaria	2011	17.491,19	13.703,19	1.781,39	309,43	33.285,20
Tributaria	2012	94.214,21	64.611,89	9.424,09	0,00	168.250,19
Tributaria	2013	137.954,47	77.369,02	13.797,19	0,00	229.120,68
Tributaria	2014	58.933,96	24.617,76	5.896,14	0,00	89.447,86
Tributaria	2015	125.036,01	39.872,22	12.513,95	0,00	177.422,18
Tributaria	2016	168.897,89	33.187,16	16.901,06	0,00	218.986,11
Tributaria	2017	162.782,74	6.803,32	16.106,18	0,00	185.692,24
TOTAIS		798.065,53	309.076,19	80.436,06	7.708,09	1.195.285,87

Dívida Ativa Não Tributária Resumo por Exercício

Composição em 31/12/2017



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS

CONTROLADORIA INTERNA MUNICIPAL

Dívida	Exercício	Principal	Juros	Multa	Correção	Saldo
Não Tributaria	1996	64.822,55	246.089,41	9.216,83	27.345,77	347.474,56
Não Tributaria	1997	4.701,58	17.046,67	668,50	1.983,39	24.400,14
Não Tributaria	2002	112.077,55	296.406,09	15.935,79	47.280,56	471.699,99
Não Tributaria	2004	1.245,71	2.993,36	177,12	525,51	4.941,70
Não Tributaria	2006	1.131.961,11	2.495.217,14	153.092,66	398.965,47	4.179.236,38
Não Tributaria	2007	279.605,99	467.264,06	36.222,02	82.614,21	865.706,28
Não Tributaria	2008	2.273.606,52	3.237.805,55	276.723,98	493.633,23	6.281.769,28
Não Tributaria	2010	1.000.215,83	1.061.197,63	110.600,80	105.792,20	2.277.806,46
Não Tributaria	2011	881,50	773,43	92,08	39,25	1.786,26
Não Tributaria	2012	154,41	106,03	15,44	0,00	275,88
Não Tributaria	2014	2.768,21	950,42	276,84	0,00	3.995,47
Não Tributaria	2015	730,00	227,50	73,00	0,00	1.030,50
Não Tributaria	2017	4.710,06	135,30	471,01	0,00	5.316,37
TOTAIS		4.877.481,02	7.826.212,59	603.566,07	1.158.179,59	14.465.439,27

10 – ESTOQUES (ALMOXARIFADO)

10.1- O estoque referente a movimentação do exercício relativo as aquisições e saídas tiveram a seguinte movimentação:

Apuração do saldo da conta Estoque - Almojarifado	
Descrição	Valor
1. Saldo Inicial da Conta Estoque (Saldo final do Balanço Patrimonial do exercício anterior)	99.344,09
2. (+) Inscrição resultante da Orçamentária (TC-23)	2.744.549,96
3. (+) Inscrição independente da Orçamentária	0,00
4. (-) Consumo no período (Uso de Material de Consumo na DVP)	2.529.530,24
5. = Saldo Final apurado da Conta Estoque (1+2-3)	314.363,81
6 Saldo da Conta Estoque no Balanço Patrimonial	314.363,81
7. Resultado	0,00

11 – LEGISLATIVO REPASSE FINANCEIRO

11.1- O repasse financeiro ao legislativo teve o seguinte comportamento durante o exercício:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS

CONTROLADORIA INTERNA MUNICIPAL

Avaliação Repasse ao Legislativo	
Descrição	Valor
1.1.1.2.02.00.00.00.00 - IPTU	102.886,68
1.1.1.2.04.00.00.00.00 - IRRF	514.384,51
1.1.1.2.08.00.00.00.00 - ITBI	189.923,83
1.1.1.3.05.00.00.00.00 - ISS	652.596,51
1.1.2.0.00.00.00.00.00 - Taxas	86.359,51
1.1.3.0.00.00.00.00.00 - Contribuição de Melhoria	0,00
1.7.2.1.01.02.00.00.00 - FPM - FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS	8.171.473,13
1.7.2.1.01.05.00.00.00 - ITR - IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	7.823,43
1.7.2.1.01.32.00.00.00 - ISO - IMPOSTO SOBRE O OURO	0,00
1.7.2.1.36.00.00.00.00 - ICMS - DESONERACAO DAS EXPORTACOES LEI 87/96	11.339,08
1.7.2.2.01.01.00.00.00 - ICS - ICMS ESTADUAL	7.610.634,80
1.7.2.2.01.02.00.00.00 - IPVA	424.037,93
1.7.2.2.01.04.00.00.00 - IPM - IPI EXPORTACAO - COTA MUNICIPIO	29.277,42
1.7.2.2.01.13.00.00.00 - CID - CIDE-CONTRIB. INTERVENCAO DOMINIO ECONOMICO	40.746,15
1.9.1.1.02.00.00.00.00 - Multas e Juros de Mora de IRRF	0,00
1.9.1.1.38.00.00.00.00 - Multas e Juros de Mora de IPTU	3.295,29
1.9.1.1.39.00.00.00.00 - Multas e Juros de Mora de ITBI	362,60
1.9.1.1.40.00.00.00.00 - Multas e Juros de Mora de ISS	1.150,56
1.9.1.1.99.00.00.00.00 - Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	4.318,98
1.9.1.2.00.00.00.00.00 - Multas e Juros de Mora de Contribuições	0,00
1.9.1.3.02.00.00.00.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de IRRF	0,00
1.9.1.3.11.00.00.00.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de IPTU	20.073,90
1.9.1.3.12.00.00.00.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de ITBI	0,00
1.9.1.3.13.00.00.00.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de ISS	64,59
1.9.1.3.99.00.00.00.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outros Tributos	17.241,76
1.9.1.4.00.00.00.00.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa das Contribuições	0,00
1.9.3.1.01.00.00.00.00 - Dívida Ativa de IRRF	0,00
1.9.3.1.11.00.00.00.00 - Dívida Ativa de IPTU	64.334,03
1.9.3.1.12.00.00.00.00 - Dívida Ativa de ITBI	0,00
1.9.3.1.13.00.00.00.00 - Dívida Ativa de ISS	825,50
1.9.3.1.99.00.00.00.00 - Dívida Ativa de Outros Tributos	3.690,47
Total das receitas que compõem o repasse ao Legislativo	17.956.840,66
Valor Repassado ao Legislativo	1.252.825,20
Percentual repassado ao Legislativo	6,98
Valor Devolvido a Prefeitura	2.461,89

12 – APLICAÇÃO NA EDUCAÇÃO

12.1- A aplicação na educação básica foi efetuada conforme a planilha abaixo, atendendo o limite mínimo exigido:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS
CONTROLADORIA INTERNA MUNICIPAL

Avaliação Aplicação MDE 25%	
Descrição	Valor
1.1.1.2.02.00.00.00 - IPTU	107.442,25
1.1.1.2.04.00.00.00 - IRRF	450.527,73
1.1.1.2.08.00.00.00 - ITBI	206.383,89
1.1.1.3.05.00.00.00 - ISS	672.384,95
1.7.2.1.01.02.00.00.00 - FPM - FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS	7.232.576,17
1.7.2.1.01.03.00.00.00 - FPM 1º Dezembro	321.530,38
1.7.2.1.01.04.00.00.00 - FPM 1º Julho	331.733,86
1.7.2.1.01.05.00.00.00 - ITR - IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	8.082,70
1.7.2.1.01.32.00.00.00 - ISO - IMPOSTO SOBRE O OURO	0,00
1.7.2.1.36.00.00.00.00 - ICMS - DESONERACAO DAS EXPORTACOES LEI 87/96	10.835,88
1.7.2.2.01.01.00.00.00 - ICS - ICMS ESTADUAL	7.521.673,28
1.7.2.2.01.02.00.00.00 - IPVA	522.339,29
1.7.2.2.01.04.00.00.00 - IPM - IPI EXPORTACAO - COTA MUNICIPIO	38.285,35
1.9.1.1.02.00.00.00.00 - Multas e Juros de Mora de IRRF	0,00
1.9.1.1.38.00.00.00.00 - Multas e Juros de Mora de IPTU	2.239,84
1.9.1.1.39.00.00.00.00 - Multas e Juros de Mora de ITBI	168,21
1.9.1.1.40.00.00.00.00 - Multas e Juros de Mora de ISS	4.861,58
1.9.1.3.02.00.00.00.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de IRRF	0,00
1.9.1.3.11.00.00.00.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de IPTU	16.445,73
1.9.1.3.12.00.00.00.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de ITBI	0,00
1.9.1.3.13.00.00.00.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de ISS	2.259,10
1.9.3.1.01.00.00.00.00 - Dívida Ativa de IRRF	0,00
1.9.3.1.11.00.00.00.00 - Dívida Ativa de IPTU	59.139,71
1.9.3.1.12.00.00.00.00 - Dívida Ativa de ITBI	0,00
1.9.3.1.13.00.00.00.00 - Dívida Ativa de ISS	6.694,07
1. Total das receitas que compõem a Educação	17.515.603,97
2. Gastos com Ensino Infantil	0,00
3. Gastos com MDE	2.915.699,34
4. Restos a Pagar Pagos com recusos Vinculados a Conta Bancária	0,00
5. Restos a Pagar Pagos com recusos exercício subsequente (não vinculados)	0,00
6. Inscrição de Restos a Pagar vinculados a Conta Bancária	0,00
7. Dedução da Receita para formação do FUNDEB	3.066.757,76
Percentual de Aplicação na Educação (2+3+5+6+7)/1%	34,16

12.2- Até o 3º quadrimestre de 2017 o município aplicou na manutenção e desenvolvimento do ensino o valor de **R\$ 5.982.457,10 (Cinco milhões novecentos e oitenta e dois mil quatrocentos e cinquenta e sete reais e dez centavos)** das receitas provenientes de impostos e transferências constitucionais de **R\$ 17.515.603,97 (Dezessete milhões quinhentos e quinze mil seiscentos e três reais e noventa e sete centavos)** o que equivale a **34,16%**,



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS

CONTROLADORIA INTERNA MUNICIPAL

anteriormente apresentado de acordo com que pede a proporção de aplicação para cumprimento do artigo 212 da Constituição Federal.

13 – APLICAÇÕES NO FUNDEB

13.1- A aplicação no FUNDEB foi efetuada conforme a planilha abaixo, atendendo os limites mínimos e o fechamento do fluxo de caixa:

Avaliação Aplicação FUNDEB	
Descrição	Valor
1. Conta Bancária do FUNDEB - Receita	0,00
2. Conta Bancária do FUNDEB - 60%	0,00
3. Conta Bancária do FUNDEB - 40%	0,00
4. Anexo VII - Receitas FUNDEB e Rendimentos	6.030.964,72
5. Anexo VIII - Gastos com FUNDEB 60%	4.342.293,16
6. Anexo IX - Gastos com FUNDEB 40%	2.000.577,50
7. Anexo X - Restos a Pagar Pagos com recursos vinculados a conta bancária	0,00
8. Restos a Pagar Pagos com recursos vinculados a conta bancária - FUNDEB 60%	0,00
9. Restos a Pagar Pagos com recursos vinculados a conta bancária - FUNDEB 40%	0,00
10. Anexo X-A - Restos a Pagar Pagos com recursos exercício subsequente (não vinculados)	0,00
11. Restos a Pagar Pagos com recursos exercício subsequente - FUNDEB 60%	0,00
12. Restos a Pagar Pagos com recursos exercício subsequente - FUNDEB 40%	0,00
13. Anexo XI - Inscrição de Restos a Pagar vinculados a Conta Bancária	59.000,00
14. Inscrição de Restos a Pagar vinculados a Conta Bancária - FUNDEB 60%	0,00
15. Inscrição de Restos a Pagar vinculados a Conta Bancária - FUNDEB 40%	59.000,00
16. Saldo Financeiro a Existir	-18.034,55
17. Saldo Financeiro Existente no Banco	59.000,00
18. Diferença Verificada	77.034,55
19. Percentual de Aplicação FUNDEB 60% (5+11+14)/4%	72,00
20. Calculo entesouramento saldo bancário menor de 5% do arrecadado (16)/4%	-0,30

13.2- O município no exercício de 2017 aplicou na valorização do magistério a importância de **R\$ 4.342.293,16 (Quatro milhões trezentos e quarenta e dois mil duzentos e noventa e três reais e dezesseis centavos)**, o que equivale a **72,00%** dos recursos recebidos do FUNDEB no valor de **R\$ 6.030.964,72 (Seis milhões e trinta mil novecentos e sessenta e quatro reais e setenta e dois centavos)**, conforme exigido em Lei Federal nº 9.424/96, esse percentual está acima do exigido que seja de no mínimo 60%.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS

CONTROLADORIA INTERNA MUNICIPAL

14 – APLICAÇÕES NO ASPS

14.1- A aplicação nos serviços voltados à saúde se comportou conforme a planilha abaixo, atendendo os limites mínimos e o fechamento do fluxo de caixa:

Descrição	Valor
1.1.1.2.02.00.00.00.00 - IPTU	107.442,25
1.1.1.2.04.00.00.00.00 - IRRF	450.527,73
1.1.1.2.08.00.00.00.00 - ITBI	206.383,89
1.1.1.3.05.00.00.00.00 - ISS	672.384,95
1.7.2.1.01.02.00.00.00 - FPM - FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS	7.232.576,17
1.7.2.1.01.05.00.00.00 - ITR - IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	8.082,70
1.7.2.1.01.32.00.00.00 - ISO - IMPOSTO SOBRE O OURO	0,00
1.7.2.1.36.00.00.00.00 - ICMS - DESONERACAO DAS EXPORTACOES LEI 87/96	10.835,88
1.7.2.2.01.01.00.00.00 - ICS - ICMS ESTADUAL	7.521.673,28
1.7.2.2.01.02.00.00.00 - IPVA	522.339,29
1.7.2.2.01.04.00.00.00 - IPM - IPI EXPORTACAO - COTA MUNICIPIO	38.285,35
1.9.1.1.02.00.00.00.00 - Multas e Juros de Mora de IRRF	0,00
1.9.1.1.38.00.00.00.00 - Multas e Juros de Mora de IPTU	2.239,84
1.9.1.1.39.00.00.00.00 - Multas e Juros de Mora de ITBI	168,21
1.9.1.1.40.00.00.00.00 - Multas e Juros de Mora de ISS	4.861,58
1.9.1.3.02.00.00.00.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de IRRF	0,00
1.9.1.3.11.00.00.00.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de IPTU	16.445,73
1.9.1.3.12.00.00.00.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de ITBI	0,00
1.9.1.3.13.00.00.00.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de ISS	2.259,10
1.9.3.1.01.00.00.00.00 - Dívida Ativa de IRRF	0,00
1.9.3.1.11.00.00.00.00 - Dívida Ativa de IPTU	59.139,71
1.9.3.1.12.00.00.00.00 - Dívida Ativa de ITBI	0,00
1.9.3.1.13.00.00.00.00 - Dívida Ativa de ISS	6.694,07
1. Total das receitas que compõem a Saúde ASPS	16.862.339,73
2. Anexo XIII-A - Gastos com ASPS	5.042.487,16
3. Anexo XIV - Restos a Pagar Pagos com recursos Vinculados a Conta Bancária	0,00
4. Anexo XV - Restos a Pagar Pagos com recursos exercício subsequente.	0,00
5. Anexo XVI - Inscrição de Restos a Pagar vinculados	0,00
6. Percentual de Aplicação na ASPS (2+4+5)/1%	29,90

Aplicação em ações e serviços públicos da Saúde



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS

CONTROLADORIA INTERNA MUNICIPAL

14.2- No Exercício de 2017, o município aplicou nas ações e serviços públicos de saúde o valor de **R\$. 5.042.489,16 (Cinco milhões e quarenta e dois mil quatrocentos e oitenta e nove reais e dezesseis centavos)** das receitas provenientes de impostos e transferências constitucionais no valor de **16.862.339,73 (Dezesseis milhões oitocentos e sessenta e dois mil trezentos e trinta e nove reais e setenta e três centavos)**, o que equivale a **29,90%**, cumprindo a emenda Constitucional nº 029.

15- EXAME DA GESTÃO DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA;

No tocante a gestão do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS ratifica-se a documentação elaborada pelo Conselho Municipal de Previdência, destacando-se o que segue:

- a) O Regime está amparado em cálculo atuarial inicial;
- b) O cálculo atuarial é refeito a cada exercício;
- c) As alíquotas indicadas pelo cálculo são as que constam na lei municipal;
- d) A cobrança das alíquotas majoradas obedece ao prazo mínimo de 90 dias;
- e) Os percentuais de contribuição do Município e dos segurados – ativos e inativos – obedecem aos limites mínimos e máximos;
- f) As alíquotas de contribuição previdenciária, cota do servidor, incidem sobre a base de cálculo estabelecida em lei;
- g) Os recursos do RPPS são aplicados nos limites definidos pelo Conselho Monetário Nacional;
- h) Os recursos previdenciários não são utilizados para custeio de plano de saúde;
- i) Os recursos previdenciários não são utilizados para empréstimo aos servidores ou ao Município;
- j) Os benefícios garantidos pelo RPPS, salvo os que decorrem da Constituição da República, não são distintos dos garantidos pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS

CONTROLADORIA INTERNA MUNICIPAL

- k) Regime paga somente os benefícios previdenciários e as despesas administrativas;
- l) Os pagamentos das despesas administrativas contam com autorização e obedecem ao limite legal;
- m) É garantido aos servidores ativos e inativos, amplo acesso às informações do RPPS;
- n) O regime cobre somente servidores ocupantes de cargo efetivo;
- o) A conta do regime é distinta da conta do Município;
- p) Os servidores (ativos e inativos) estão representados nas instâncias ou colegiados do regime;
- q) É disponibilizado aos segurados registro individualizado das suas contribuições;
- r) O Município está recolhendo e repassando os valores ao RPPS, conforme as alíquotas previstas na Lei Municipal;
- s) Nos casos de atraso estão sendo pagos os acréscimos legais;
- t) Está sendo corretamente operacionalizada a compensação previdenciária;
- u) O RPPS está atendendo todas as exigências do Ministério da Previdência Social – MPS para obtenção do Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP, que está vigente até 26/03/2018.

O Município Possui 05 (cinco) parcelamentos eferente às contribuições previdenciárias para o Instituto de Previdência Municipal de Seringueiras, e 01 (um) parcelamento com Regime Geral de Previdência-INSS.

O município de Seringueiras até o presente momento a qual vem cumprindo com suas obrigações e responsabilidades assumidas nos termos acima, restando apenas alguns atrasos nos pagamentos, segundo o secretario Municipal de Financias e Planejamento, se justi fica que o atraso nos pagamento, se dar pelo fato que o pagamento do parcelado se da ao mesmo tempo do pagamento da folha dos servidores, mas esta se empenhando para fazer os pagamentos dentro dos prazos estabelecidos nos Termos de Parcelamento.

16. DOS RELATÓRIOS EXIGIDOS PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS

CONTROLADORIA INTERNA MUNICIPAL

16.1. Em cumprimento ao que determina os artigos 52 e 53 da Lei Complementar n.º 101, e Artigo 11, Inciso IV, alínea “b”, da Instrução Normativa n.º 018/TCER/2006, os Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária, foram todos encaminhados ao Tribunal de Contas através do sistema SIGAP – Gestão Fiscal.

16.2 Em cumprimento ao que determina os artigos 54 da Lei Complementar n.º 101, e Artigo 11, Inciso V, da Instrução Normativa n.º 018/TCER/2006, os Relatórios de Gestão Fiscal, foram todos encaminhados ao Tribunal de Contas através do sistema SIGAP – Gestão Fiscal.

17. QUANTO AS RECOMENDAÇÕES DO TCE-RO APONTADO NA RELATÓRIO PREVIA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS 2016.

No Parecer Prévio sobre as Contas do Governo do Chefe do Executivo Municipal do exercício 2016, esse Tribunal formulou determinações e recomendações, em decorrência das distorções, irregularidades e deficiências apontadas no capítulo 2 e 3 do parecer previa da prestação de contas onde propõe-se que o município tome medidas para as correções das distorções apontadas nos Art. 7º do Relatório do Parecer Previa da prestação de contas do executivo municipal exercício de 2016.

Diante das recomendações essa Unidade de Contrle interno passa relatar que somente no mes de fevereiro teve conhecimentos do referido relatorio, passando assim a analise das recomendações podemos destacar que, algumas medidas ja vem sendo tomadas quanto, sendo elas:

7.4.1. Realize os ajustes necessários para sanear as distorções identificadas na auditoria quanto à informações dos Balanços que compõe a Prestação de Contas, observando o disposto nas NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, bem como demonstre em Notas Explicativas à Demonstrações Financeiras do exercício de 2017 os ajustes realizados;

Já foi feito acompanhamento junto ao setor contábil e o mesmo tem sanado estes problemas/distorções, sendo elaboradas todas as notas explicativas necessárias nas demonstrações contábeis dos balanços.

7.4.7. Apresente a este Tribunal plano de ação com vistas a promover a efetiva arrecadação de todos os tributos de competência do município, por estar em desacordo com o art. 11 da LRF, contendo, no mínimo, as medidas a seguir elencadas:

No que tange sobre arrecadação, nosso município já tomou providencias quanto a atualização das leis municipais, sobre as arrecadações dos impostos ISSQN, IPTU E ITBI, as quais foram encaminhadas ao legislativo no final do exercício passado, mas devidos



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS

CONTROLADORIA INTERNA MUNICIPAL

divergência, somente a projeto de lei do ISSQN, foi convertido em lei, os demais Projetos de lei, foram reprovados pela câmara municipal.

Com apoio do PROFAZ, nosso município esta buscando informação e conhecimentos sobre os tributos municipais, proporcionando aos nossos servidores e agentes fazendários treinamentos de qualificação na área de arrecadação, no exercício de 2017 e 2016 já foram realizado treinamentos para os servidores que atuam na área de fiscalização, realizado pelo Profaz, e um treinamento na parte de fiscalização do ISSQN, realizado pela AROM.

Com tudo, nosso município ainda necessita de agente públicos, para atuarem na área de fiscalização, para isso nosso município estará promovendo concurso publico até o final desse exercício.

Quanto ao plano de ação, exigido no caput acima, essa unidade de controle estará tomando providencias, para que no próximo relatório quadrimestral, seja encaminhada a esta corte.

Quanto às demais recomendações descritas abaixo, estaremos tomando as providencias necessárias as adoções dos atos normativos que regulamente perante o poder publico municipal.

7.4.2. Instaure, por meio de normativo (Decreto, Portaria, Resolução ou Instrução Normativa), rotina de conciliação bancária da movimentação financeira das contas bancárias que compõe a Unidade Consolidada do Município contenta no mínimo os seguintes requisitos: (a) procedimentos de conciliação; (b) controle e registro contábil; (c) atribuição e competência; (d) requisitos das informações; e (e) fluxograma das atividades; e (f) responsabilidades, com o objetivo de demonstrar adequadamente o saldo da conta das disponibilidades e a movimentação financeira do período de acordo com as disposições da Lei nº 4.320/1964, da Lei Complementar nº 101/2000 e das demais normas de contabilidade do setor público;

7.4.3. Estabeleça, por meio de normativo (Decreto, Portaria, Resolução ou Instrução Normativa), manual de procedimentos contábeis para registro e controle da dívida ativa do Município contenta no mínimo os seguintes requisitos: (a) controle e registro contábil; (b) atribuição e competência; (c) procedimentos de inscrição e baixa; (d) ajuste para perdas de dívida ativa; (e) requisitos das informações; (f) fluxograma das atividades; e (g) responsabilidades, com o objetivo de demonstrar adequadamente a posição e a movimentação dos direitos a receber dos valores inscritos em dívida ativa de acordo com as disposições da Lei nº 4.320/1964, da Lei Complementar nº 101/2000 e das demais normas de contabilidade do setor público;

7.4.4. Estabeleça, por meio de normativo (Decreto, Portaria, Resolução ou Instrução Normativa), rotinas de procedimentos contábeis para registro e controle do déficit atuarial (consubstanciado na Provisão Matemática Atuarial) do instituto de previdência municipal contenta no mínimo os seguintes requisitos: (a) controle e registro contábil; (b) atribuição e competência; (c) procedimentos de registro e consolidação; (d) requisitos das informações; (e) levantamento do relatório atuarial para encerramento do exercício financeiro; e (f) responsabilidades dos agentes envolvidos, com o objetivo de demonstrar adequadamente a posição e a movimentação do passivo atuarial do município de acordo com as disposições da Lei nº 4.320/1964, da Lei Complementar nº 101/2000 e das demais normas de contabilidade do setor público;

7.4.5. Defina, por meio de normativo (Decreto, Portaria, Resolução ou Instrução Normativa), manual de procedimentos contábeis contenta no mínimo os seguintes requisitos:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS

CONTROLADORIA INTERNA MUNICIPAL

(a) atribuição, competência e estrutura de funcionamento do sistema de contabilidade municipal; (b) procedimentos e cronogramas para envio de informações relevantes (calendário de fechamento contábil); (c) procedimentos para preparação e revisão de reconciliações contábeis; (d) políticas e procedimentos contábeis patrimoniais; (e) procedimentos para realização de lançamentos contábeis; (f) lista de verificação para o encerramento do exercício e (f) definição de papéis e responsabilidades no processo de fechamento contábil e elaboração das demonstrações contábeis;

7.4.6. Institua por meio de normativo (Decreto, Portaria, Resolução ou Instrução Normativa), manual de procedimentos orçamentários contendo no mínimo os seguintes requisitos: (a) atribuição, competência e estrutura de funcionamento do sistema de planejamento e orçamento municipal; (b) procedimentos para elaboração das peças orçamentárias; (c) procedimentos para avaliação do cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas no PPA, LDO e LOA; (d) procedimentos para assegurar a alocação de recursos referentes à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, FUNDEB e saúde; (e) procedimentos para abertura de crédito adicionais, contendo requisitos e documentação suporte necessária, metodologia de cálculo das fontes de recursos; (f) rotinas que assegurem a existência de disponibilidade financeira suficiente para cobertura das obrigações; e (g) rotinas com a finalidade de assegurar o cumprimento do Art. 21, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal;

18. FALHAS E/OU ILEGALIDADES CONSTATADAS.

18.1. Nos procedimentos de fiscalização interna foram usados os meios legais, possíveis e razoáveis para suportar nossas conclusões sobre adequabilidade ou inadequabilidade dos atos da Administração Pública.

18.2- Assim, durante o exercício financeiro de 2017, esta Unidade de Controle Interno não constatou falhas que possam comprometer a prestação de contas.

19. CONCLUSÃO.

Diante do exposto, a Central do Sistema de Controle Interno dá parecer favorável de que as metas previstas no plano plurianual, priorizadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, e os programas do governo municipal elencados na Lei Orçamentária do Exercício 2017, foram adequadamente cumpridas com exceção de alguns projetos e atividades cujos objetivos não foram atingidos em razão da queda na arrecadação das receitas e aumento dos custos em geral .

De outra parte, no que se refere à legalidade dos atos de gestão financeira orçamentária, financeira e patrimonial, salvo melhor juízo, foi ela observada. Quanto à eficácia e eficiência, da gestão, os resultados obtidos foram os previstos nas leis orçamentárias com proveito para a coletividade atendida.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS

CONTROLADORIA INTERNA MUNICIPAL

Quanto aos restos a pagar observamos que somou R\$ 749.784,39 (setecentos e quarenta e nove mil setecentos e oitenta e quatro reais e trinta e nove centavos) com a devida disponibilizada em caixa, de acordo com o art. 42 da Lei 101/2000.

Em relação a folha de pagamento, observamos que o percentual esta em 54,70% sobre a Receita Corrente Líquida, Demonstrativos dos limites-RGF, foi emitido alertas a prefeita para que tome providencias quanto a redução do gasto com folha de pagamento.

Em relação à aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado, anota-se que o Município concedeu subvenções sociais, mediante convênio a entidades APAE IRMÃ JOSEFINA, com objetivos de subsidiar despesas com manutenção da APAE, os quais foram alcançados em sua totalidade, observando-se que houve a devida prestação de contas dos recursos repassados ate o presente momento.

Em relação às aplicações do RPPS, observamos que está sendo feito regularmente aplicações nos Bancos do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco do Bradesco.

Quanto às publicações dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária (RREO) e Relatórios da Gestão fiscal (RGF), foram publicados no mural da Prefeitura os bimestrais e os semestrais, e ainda também foram publicado no diario Oficial do Municipio no Site da prefeitura www.seringueiras.ro.gov.br.

As recomendações todas foram aprovadas pelo senhor prefeito, mas nem todas postas em pratica pelos secretários responsáveis.

É O RELATÓRIO

Seringueiras/RO, 27 de Março de 2017.

JERRISON PEREIRA SALGADO
Controle Interno



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS
CONTROLADORIA INTERNA MUNICIPAL**

CERTIFICADO DE CONTROLE INTERNO

INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS.

ASSUNTO: RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS EXERCÍCIO 2017

RESPONSÁVEIS: LEONILDE ALFLEN GARDA- PREFEITA MUNICIPAL.

Procedemos aos exames julgados necessários referentes a Prestação de Contas do Exercício Financeiro de 2017, nos atos de gestão da Prefeitura Municipal de Seringueiras, em complemento ao acompanhamento que vem sendo realizado, de forma setorial, pela Unidade de Controle Interno na aplicação das normas legais, em especial a liquidação e pagamento das despesas públicas.

Dessa forma, consideramos que nos exames efetuados na “Prestação de Contas do Exercício Financeiro de 2017 em referência a Unidade de Controle Interno” não foram evidenciadas impropriedades que comprometam a probidade do Ordenador de despesa e demais responsáveis, somos pela regularidade das contas do Exercício Financeiro de 2017.

Seringueiras /RO, 27 de março de 2018.

**JERRISON PEREIRA SALGADO
Controle Interno**



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS
CONTROLADORIA INTERNA MUNICIPAL**

PARECER DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS.

ASSUNTO: RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS EXERCÍCIO 2017

RESPONSÁVEIS: LEONILDE ALFLEN GARDA- PREFEITA MUNICIPAL.

Este Relatório da unidade de Controle Interno do exercício de 2017, da Prefeitura Municipal de Seringueiras, certifica que o mesmo contém as peças básicas e informações exigidas na Instrução Normativa nº 013/2004, do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

O acompanhamento dos atos da gestão foi efetuado na Unidade de Controle Interno no decorrer do exercício de 2017, sendo necessários para certificar a regularidade das presentes contas, apenas exames complementares, na extensão julgada necessária, conforme já relatado neste relatório da Unidade de Controle Interno.

Desse modo, com base nos exames e informações da Prestação de Contas do Exercício Financeiro de 2017, somos de parecer que a Prefeitura Municipal de Seringueiras, alcançou os objetivos que propôs, com economia, eficiência e eficácia, pelo que somos pela regularidade das presentes contas.

Seringueiras /RO, 27 de março de 2018.

**JERRISON PEREIRA SALGADO
Controle Interno**



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS
CONTROLADORIA INTERNA MUNICIPAL

PRONUNCIAMENTO DA AUTORIDADE COMPETENTE

Em atendimento a Instrução Normativa nº 005/2000, do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, atesto que tomei conhecimento do Relatório da Unidade de Controle Interno da prestação de contas do Exercício de 2017, que vai acompanhado do Certificado e Parecer, além dos documentos pertinentes.

Assim, considerando o Relatório e demais documentos apresentados pela Unidade de Controle interno desta prefeitura, determina que seja:

Observado com maior rigor todas as falhas e possíveis irregularidades, ali apontadas no intuito de corrigi-las imediatamente sob pena de responsabilização dos setores envolvidos ou responsáveis.

Encaminhe-se ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

Seringueiras/RO, 27de março de 2018.

Leonilde Alflen Garda
Prefeita Municipal